

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

Rod. Iguatu Varzea Alegre, km 05 s/n - Bairro Vila Cajazeiras - CEP 63500-000 - Iguatu - CE - www.ifce.edu.br

EDITAL Nº 7/2020 CSSS-IGU/CGAE-IGU/DAE-IGU/DIREN-IGU/DG-IGU/IGUATU-IFCE

SELEÇÃO AUXÍLIO EMERGENCIAL OFERTA 02/2020

 O Diretor Geral do Campus Iguatu, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, no uso de suas atribuições administrativas, divulga, pelo presente Edital, o processo seletivo do auxílio estudantil emergencial aos discentes do IFCE Campus Iguatu.

• 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Considerando a situação de excepcionalidade causada pela pandemia do novo coronavírus - COVID-19, o presente edital se destina à seleção dos estudantes solicitantes do auxílio estudantil emergencial, regularmente matriculados nos cursos técnicos (integrado, subsequente e concomitante) e superiores presenciais do IFCE Campus Iguatu.

2. DO OBJETIVO

Considerando ser a Assistência Estudantil uma estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais entre os estudantes do IFCE, a concessão do auxílio estudantil emergencial, neste momento, visa atender os estudantes diretamente atingidos com as consequências socioeconômicas durante a pandemia da COVID-19, que geraram agravamento das condições de vulnerabilidade já existentes.

3. DAS REGRAS DE ATENDIMENTO

- 3.1 Embora a modalidade de auxílio emergencial não tenha previsão de Edital para seleção de estudantes, excepcionalmente será adotado tal instrumento, a fim de nortear o processo de inscrições, análises e pagamentos. A validade do edital será de 6 (seis) meses, considerando seu início em agosto e o fim em janeiro de 2021.
- 3.2 Não havendo suficiência de recursos financeiros para atendimento universal, poderá haver demanda reprimida, que resulte na criação de lista de espera;
- 3.3 O atendimento das solicitações em lista de espera poderá ocorrer de acordo com a disponibilidade orçamentária do campus, estando condicionado à validade do edital.
- 3.4 Após o prazo de validade deste edital, as solicitações em lista de espera tornarse-ão indeferidas;
- 3.5 O estudante que atenda aos critérios do edital, independente de já ter solicitado o auxílio estudantil emergencial durante o ano vigente pode está se inscrevendo na presente seleção, uma vez que a regra do art. 9ª, inciso VIII da Resolução no 14, de 18 de fevereiro de 2019 está suspensa enquanto durar o período de calamidade pública.
- 3.6 O fato do estudante já ter sido contemplado com o auxílio emergencial no período da pandemia da COVID-19, não constitui impedimento para outra concessão em um novo processo seletivo, entretanto, esta situação poderá ser considerado como um critério de análise pelo assistente social.

- 3.7 Havendo disponibilidade orçamentária do campus, as solicitações classificadas em lista de espera poderão ser atendidas, devendo o pagamento das parcelas ser definido a partir do mês de concessão do auxílio ou retroativo aos meses anteriores, tendo como limite a validade deste edital.
- 3.8 De acordo com o Parecer de no 00073/2020/GAB-PFIFCE/PFIFCECEARA/PGF/AGU da Procuradoria Jurídica do IFCE só serão pagos auxílios estudantis aos estudantes que aderiram ao ensino remoto.

4 DOS REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1 Atender ao disposto no Regulamento de Concessão de Auxílios Estudantis do IFCE, aprovado na Resolução n° 14/2019 e as exigências deste Edital.
- 4.2 Estar regularmente matriculado em um dos cursos técnicos (integrado, subsequente e concomitante) ou superiores presenciais do Campus Iguatu.

5 DO VALOR

5.1 De acordo com as orientações do Ofício-Circular no 11/2020/DAE/REITORIA-IFCE, o auxílio emergencial de todos os campi será pago em 4 (quatro) parcelas no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), com o intuito de promover assistência de forma padronizada aos estudantes da rede IFCE, podendo ser pagas retroativas a data de divulgação do resultado final desta seleção.

6. DAS VAGAS E RECURSOS DISPONÍVEIS

6.1 Para efeito deste edital, o processo seletivo destinará inicialmente vagas 160 (cento e sessenta) vagas, sendo utilizado o recurso financeiro da fonte orçamentária 2994 - Assistência Estudantil/bolsas-auxílios.

7. DA INSCRIÇÃO

- 7.1 Os estudantes deverão se inscrever no período de 03/09 a 14/09/2020, observando as seguintes recomendações:
- 7.2 A inscrição deverá ser realizada pelo estudante exclusivamente no SISAE (www.sisae.ifce.edu.br), preenchendo todas as etapas indicadas no sistema e anexando as documentações solicitadas, sendo necessário anexar todos os documentos obrigatórios para finalizar a inscrição;
- 7.3 Para os estudantes realizarem o primeiro acesso no Sisae, sugerimos consultar o Manual do Aluno, no seguinte link: http://manuais.ifce.edu.br/guides/sisae/#a- conheca-o-sisae;
- 7.4 É obrigatório o preenchimento completo do formulário socioeconômico do SISAE. No caso específico da solicitação deste auxílio, orienta-se que no item "informações adicionais" do formulário supramencionado, o estudante informe o motivo de solicitar o auxílio emergencial, de modo a descrever o agravamento de sua situação socioeconômica na situação de pandemia da COVID 19. Essa ação dará subsídio para o parecer da/o assistente social do campus no atendimento da solicitação;
- 7.4.1 Todos os membros da família devem ser informados na Caracterização no item Grupo Familiar.
- 7.5 Todos os comprovantes de renda e/ou de ausência de renda dos membros da família maiores de 18 anos, inclusive do estudante requerente, deverão ser anexados

no SISAE na aba documentos no item "comprovante de renda".

- 7.5.1 Deve ser anexado o comprovante de recebimento do Bolsa Família nos casos em que houver o recebimento do benefício.
- 7.5.2 No caso em que o único valor recebido for o Bolsa Família, deve ser anexada a declaração de que não possui renda (Anexo VI), uma vez que o Bolsa Família não conta como renda e sim como benefício social.
- 7.5.3 Nos casos em que houver o recebimento do Auxílio Emergencial do Governo Federal pelo estudante ou membros da família, deve ser apresentado o extrato de recebimento ou a declaração de recebimento (ANEXO IX), devendo ser anexado no item "comprovante de renda". Embora não seja considerado renda, é necessário que seja declarado o recebimento do referido auxílio.
- 7.5.3.1 O comprovante de recebimento do auxílio emergencial não isenta o estudante ou membro familiar de apresentar a declaração de renda ou ausência de renda. Assim, mesmo sendo apresentado o comprovante de recebimento do auxílio emergencial do governo federal nos casos em que houver, é necessário que se apresente a declaração de renda ou ausência de renda do respectivo estudante ou membro familiar.
- 7.6 As informações prestadas e a documentação apresentada são de responsabilidade do estudante declarante, ou de seu responsável no caso dos estudantes menores de 18 anos:
- 7.7 A inscrição, assim como a concessão do auxílio, poderá ser invalidada e/ou cancelada a qualquer tempo, mediante verificação de inexatidão e/ou não veracidade das informações prestadas;
- 7.8 É de responsabilidade do estudante acompanhar o andamento de sua inscrição no SISAE, onde será informado o deferimento(concessão) ou indeferimento (não concessão) de seu pedido.
- 7.9 Durante o período de inscrição, o estudante pode realizar alteração dos documentos exigidos para a inscrição, mas não poderá alterar a caracterização socioeconômica já preenchida.
- 7. 10 Em virtude do isolamento social, as declarações constantes nos anexos II; III; V;VI;VII e VIII poderão ser manuscritas (escritas a mão, de próprio punho), desde que seja obedecido os modelos disponibilizados neste Edital.

8 DO INDEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO

- 8.1 Serão indeferidas as inscrições nas situações discriminadas abaixo, não cabendo recurso:
- a) Documentação incompleta (ex: ausência de algum comprovante de renda/declaração de renda de algum membro da família, etc.);
- b) Documentação desatualizada;
- c) Matrículas trancadas.
- 8.2 A falta de qualquer documento correspondente ao auxílio solicitado implica indeferimento da inscrição, não cabendo recurso.
- 8.3 Caso o estudante verifique alguma erro em sua solicitação, após a finalização da

inscrição, ele poderá efetuar a desistência do pedido e realizar nova solicitação. Este procedimento só poderá ocorrer durante o período de inscrição.

9 DA DOCUMENTAÇÃO

9.1 Da renda

Para os casos de renda formal:

- 1) apresentar comprovante de renda mensal de todos os membros da família maiores de 18 anos, incluindo o próprio estudante (ANEXO I Lista de documentos comprobatórios de renda formal);
- 2) declaração de renda formal (ANEXO II);
- 3) declaração de renda para aposentados, pensionistas ou beneficiários do Benefício de Prestação Continuada BPC (ANEXO III).

As declarações constantes nos anexos II e III devem ser usadas somente na impossibilidade de apresentar os comprovantes, devido à pandemia do novo coronavírus, com validade de até 03 (três) meses, contados a partir da data de publicação do edital de auxílios.

Para os casos de atividade remunerada informal, apresentar os comprovantes listados no ANEXO IV ou a declaração de renda informal (ANEXO V), de todos os membros do grupo familiar maiores de 18 anos (pessoas que residem na mesma casa) e do próprio estudante, que estejam nessa condição, com validade de até 03 (três) meses, contados a partir da data de publicação do edital de auxílios;

Declaração de não exercício de atividade remunerada (ANEXO VI) de todos os membros do grupo familiar maiores de 18 anos (pessoas que residem na mesma casa) e do próprio estudante, que estejam nessa condição, com validade de até 03 (três) meses, contados a partir da data de publicação do edital de auxílios;

As declarações mencionadas (anexos II, III, V e VI) deverão estar com data atualizada e assinadas de forma manuscrita e sem rasuras.

9.2 Da residência

Comprovante de residência, com validade de até 03 (três) meses, contados a partir da data de publicação do edital de auxílios;

9.3 Do Programa Bolsa Família

Extrato nominal do recebimento do Programa Bolsa Família, somente para família beneficiária ou declaração de que a família é beneficiária do programa (ANEXO VII), utilizada somente na impossibilidade de apresentar os comprovantes, devido à pandemia do novo coronavírus, com validade de até 03 (três) meses, contados a partir da data de publicação do edital de auxílios. A declaração do anexo VII deverá estar com data atualizada e assinada de forma manuscrita e sem rasuras.

9.4 Dos estudantes menores de idade

No caso de discentes menores de idade, deve ser fornecida a declaração de responsabilidade das informações prestadas pelo discente menor de idade (ANEXO VIII), devidamente assinada de maneira manuscrita e sem rasuras pelo responsável legal, com validade de até 03 (três) meses, contados a partir da data de publicação do edital de auxílios;

10. DOS DADOS BANCÁRIOS

- 10.1 Cartão da conta bancária ou extrato de conta bancária no nome do discente, quando houver.
- 10.2 A conta bancária deverá estar no nome do estudante, não se admitindo o pagamento de auxílio por meio de contas de outras pessoas (exemplificando o pai, a mãe, ou outro parente) ou conta conjunta. Caso o estudante não tenha conta corrente no seu nome, sugerimos que realize a abertura da mesma após a divulgação do resultado da seleção. O estudante poderá abrir uma conta digital.

11. DO RESULTADO

- 11.1 O resultado preliminar será divulgado no dia 28/09/2020, disponível no SISAE.
- 11.2 O resultado final, após análise dos recursos ao resultado preliminar, será divulgado no dia 02/10/2020, disponível no SISAE.
- 11.3 Cabe ao candidato acompanhar os resultados do processo, bem como tomar as providências necessárias para sua participação no Programa.
- 11.4 Não será fornecida, em hipótese alguma, informação de resultado por telefone.

12. DO IMPEDIMENTO

12.1 De acordo com o Parecer de no 00073/2020/GAB-PFIFCE/PFIFCECEARA/PGF/AGU da Procuradoria Jurídica do IFCE só serão pagos auxílios estudantis aos estudantes que aderiram ao ensino remoto.

13. DOS RECURSOS

- 13.1 Caberão recursos contra termos do Edital por meio do envio de e-mail para o endereço <u>s.servivosocial.igu@ifce.edu.br</u>, no dia 04 setembro de 2020, sendo obrigatória a identificação do candidato, número de matrícula, nome completo e CPF e as razões que fundamentam o referido recurso
 - 13.2 O recurso contra o resultado preliminar da seleção será interposto, exclusivamente, em requerimento no SISAE na data 29/09/2020.
 - 13.3 Durante o período de recurso o estudante poderá apresentar novos documentos (que não sejam os exigidos no edital para a inscrição) que julgar convenientes para embasar o seu pedido de revisão.
 - 13.4 Julgado procedente o recurso, o candidato poderá ser contemplado com o auxílio emergencial ou ser colocado na lista de espera, levando em consideração a sua classificação e a disponibilidade orçamentária do campus.
 - 13.5 A falta de qualquer documento comprobatório implica o indeferimento do pedido/inscrição, não cabendo recurso;

14 DO CRONOGRAMA

Recursos contra os termos do Edital 04/09/2020 s.servicosocial.igu@ifce.edu.br

Inscrições 03/09 a 14/09/2020 www.sisae.ifce.edu.br

Análise documental 15 a 25/09/2020 - Setor de Serviço Social

Divulgação do resultado preliminar da seleção 28/09/2020 www.sisae.ifce.edu.br

Interposição de Recursos contra o resultado preliminar da seleção 29/09/2020 www.sisae.ifce.edu.br

Resultado final 02/10/2020 www.sisae.ifce.edu.br

Período para informação dos dados bancários para quem não informou no ato da inscrição. 28/09 a 05/10 www.sisae.ifce.edu.br

15 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1 No contexto de pandemia da COVID-19, em que o estudante deve seguir as regras de isolamento social (ficar resguardado em sua residência), acarretando em dificuldades de impressão de documentos, ou deslocamento até as agências bancárias para adquirir extratos e outras comprovações, aceitaremos que as documentações (exemplificadas nos anexos I, III,V,VI,VII e VIII) sejam feitas " a mão", com letra legível, sem rasuras, assinada de forma manuscrita e datada.
- 15.2 Os auxílios são condicionados à liberação de recursos orçamentários pelo Ministério da Educação (MEC) e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), podendo ocorrer atrasos, suspensão ou cessação por parte desses órgãos;
- 14.3 Os auxílios serão pagos por meio de transferência eletrônica em conta bancária do discente, sendo vedado o pagamento na conta de terceiros, podendo o pagamento ser efetuado em contas bancárias de bancos digitais;
- 14.4 Caso o aluno não tenha conta corrente no seu nome, orientamos que realize a abertura da mesma e informe os dados no SISAE no período até 05 de outubro de 2020.
- 14.5 Fica suspensa, por 03 meses, conforme Ofício-circular No 05/2020/DAE/REITORIA-IFCE, a regra do art. 9o, inciso VIII do RAE, de que o estudante precisa cumprir o igual período de 12 meses para novo solicitar o auxílio-emergencial, em função da urgência de atender as demandas surgidas nesse período de agravamento das condições de vulnerabilidade em função da pandemia;
- 14.6 O pagamento do auxílio poderá ser cancelado a qualquer momento, caso seja comprovada falsidade e/ou omissão de informações que possam ter beneficiado o estudante no momento da seleção;
- 14.7 Após divulgação do resultado, o Serviço Social do campus, poderá, a qualquer tempo e ao seu critério, realizar entrevistas e/ou visitas domiciliares aos estudantes selecionados;
- 14.8 Em caso de desistência deste auxílio, o estudante deverá entregar formulário de informação de desistência de auxílio ao Assistente Social do campus;
- 14.9 Os casos omissos serão apreciados pelo Serviço Social, junto à Diretoria de Assuntos Estudantis.



Documento assinado eletronicamente por **Sandy Andreza de Lavor Araujo**, **Assistente Social**, em 01/09/2020, às 08:22, com fundamento no art. 6°, § 1°, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Eliza Marta Goncalves Ferreira**, **Assistente Social**, em 01/09/2020, às 08:33, com fundamento no art. 6°, § 1°, do <u>Decreto n° 8.539</u>, <u>de 8 de outubro de</u>



Documento assinado eletronicamente por Ana Ioneide de Souza Bandeira Pereira, Chefe do Departamento de Apoio Estudantil, em 01/09/2020, às 08:49, com fundamento no art. 6°, § 1°, do Decreto nº 8.530 de 8 de outubro de 2015.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decr



Documento assinado eletronicamente por **Joaquim Branco de Oliveira**, **Diretor(a) de Ensino**, em 01/09/2020, às 09:28, com fundamento no art. 6°, § 1°, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Dijauma Honorio Nogueira**, **Diretor(a) Geral do Campus Iguatu**, em 01/09/2020, às 11:47, com fundamento no art. 6°, § 1°, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?
acesso_externo=0 informando o código verificador 1948989
acesso_externo=0 informando o código verificador 1948989
https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?
acesso_externo=0 informando o código verificador 1948989
aco=documento_conferir&id_orga

ANEXO I

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA SITUAÇÃO DE EMPREGO E RENDA FORMAL

OBSERVAÇÃO: Deverão ser apresentados documentos comprobatórios da situação de emprego e renda para todos os residentes no domicílio com idade igual ou superior a 18 anos que possuem renda (inclusive os documentos comprobatórios da situação de renda do próprio estudante). Verificar em qual das situações abaixo o requerente e o(s) membro(s) da família se enquadra(m).

1. PESSOAS COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO (CARTEIRA ASSINADA/SERVIDOR PÚBLICO):

Contracheque atualizado, com validade de 03(três) meses contados a partir da data de publicação deste edital, OU Cópia da carteira de Trabalho (páginas da Qualificação Civil, página do último Contrato de Trabalho e da última Alteração Salarial); Quando não for possível anexar os itens listados acima por causa do isolamento social, excepcionalmente, será aceita **Declaração de Renda Formal**, que poderá ser feita de próprio punho (com letra legível e sem rasuras), conforme o modelo do **ANEXO II**.

2. APOSENTADOS, PENSIONISTAS OU BENEFICIÁRIOS DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

Cópia do extrato de pagamento, constando o valor integral depositado pelo INSS ou órgão equivalente, OU ainda Extrato bancário que conste o depósito do benefício atualizado, com validade de 03(três) meses contados a partir da data de publicação deste edital; Cópia do extrato de pagamento, com validade de 03 (três) meses contados a partir da data de publicação deste edital, constando o valor integral depositado pelo órgão ou Recibo/Extrato, no caso de pensão alimentícia; Quando não for possível anexar os itens listados acima por causa do isolamento social, excepcionalmente, será aceita **Declaração de Renda para Aposentado, Pensionista ou Beneficiário do Benefício de Prestação Continuada (BPC)**, que poderá ser feita de próprio punho (com letra legível e sem rasuras), conforme o modelo do **ANEXO III**.

3. EMPRESÁRIOS E/OU COMERCIANTES COM EMPRESA LEGALIZADA:

Cópia da Declaração do Imposto de Renda (último exercício):

4. ESTAGIÁRIOS

REMUNERADOS:

Cópia do contrato de estágio ou contracheque atualizado, com validade de 03(três) meses contados a partir da data de publicação deste edital.

5. BOLSISTAS DE QUALQUER NATUREZA:

Declaração constando o valor da bolsa ou cópia do extrato bancário constando o valor da bolsa;

6. RENDIMENTOS DE ALUGUEL OU ARRENDAMENTO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS:

Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física- IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver; E Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos; E

Contrato de locação ou arrendamento devidamente registrado em cartório acompanhado dos três últimos comprovantes de recebimentos.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE RENDA FORMAL

Eu,		portador do RG no	; CPF
no	, declaro que possı	no trabalho formal, com vínculo emprega	ntício, exercendo a função
de	8	auferindo renda mensal no valor de R	\$, mas
devido ao devido ao is	solamento social por	causa da pandemia da COVID-19 não t	enho como apresentar os
demais comprovantes.			
Declaro, para os devid	os fins, que as inform	ações aqui	
prestadas são verdadei	ras.		
	,de	de	
		Assinatura	

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE RENDA PARA APOSENTADO, PENSIONISTA OU BENEFICIÁRIOS DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

Eu,						1	ortador		do	RG	
no		(CPF no,	decla	aro que sou a	apose	ntado/pe	ension	ista/bene	ficiário	
do BPC, auferindo renda	mensal r	10 va	lor de R\$, mas	devid	lo ao dev	vido ao	
isolamento social por	causa d	da p	andemia	do	COVID-19	não	tenho	com	apresen	tar os	
comprovantes emitidos j	pelas ins	stitui	ções banc	ária	s ou pelo INS	SS.					
Declaro, para os devidos t	fins, que	as in	formaçõe	s aqu	ii prestadas s	ão ver	dadeira	s.			
	,	_de _		_de	·						
			As	sinat	tura						

ANEXO IV

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA SITUAÇÃO DE EMPREGO E RENDA INFORMAL

OBSERVAÇÃO: Deverão ser apresentados documentos comprobatórios da situação de emprego e renda para todos os residentes no domicílio com idade igual ou superior a 18 anos que possuem renda (inclusive os documentos comprobatórios da situação de renda do próprio estudante). Verificar em qual das situações abaixo o requerente e o(s) membro(s) da família se enquadra(m).

1. PESSOAS QUE EXERCEM ATIVIDADES REMUNERADAS SEM COMPROVAÇÃO (AUTÔNOMOS, PROFISSIONAIS LIBERAIS, TRABALHADORES AVULSOS, ETC):

Declaração de renda informal preenchida e assinada (modelo ANEXO V); E

Cópia da Carteira de Trabalho (páginas da Qualificação Civil, do último contrato de trabalho e da página seguinte em branco) Declaração de IRPF acompanhada de Recibo de entrega à receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, se houver; OU

2. PESSOAS QUE EXERCEM ATIVIDADE RURAL OU PROVENIENTE DA PESCA:

Declaração de renda informal preenchida e assinada (modelo ANEXO V);

Notas fiscais de vendas, quando

houver;

Declaração de rendimentos dos últimos três meses, emitidos por cooperativas, associações e similares.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE RENDA INFORMAL

Eu,		,port	ador do RG no	; CPF no
	,	declaro que exerç	o a atividade	
de			auferindo renda n	nensal
aproximadamente no valo	r de R\$			
Declaro, para os devidos	fins, que as informaçõe	s aqui prestadas sã	io verdadeiras.	
	,de	de		
	Ass	sinatura		

Obs.: Uso exclusivo, na impossibilidade de comprovação de renda.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI RENDA

Eu,		, RG
		, residente no
endereço _		, cidade de
	, declaro que não exerço a	ntividade remunerada e não possuo outra
fonte de renda a	atualmente.	
Estou ciente de	e que a omissão de informações ou	a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou
divergentes imp	olicam, a qualquer tempo, o cancelam	ento do auxílio, ficando o declarante sujeito à sanção de
desligamento au	utomático do mesmo.	
Declaro, para os	s devidos fins, que as informações aqu	ni prestadas são verdadeiras.
, I	, 1 5 1	1
	,ded	e
	Assina	tura

ANEXO VII

DECLARAÇÃO BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Eu,												,		RG
no		,CI	PF no		,NIS no									
declaro	que	sou	beneficiário	do	Programa	Bolsa	Família	e	recebo	0	valor	mensal	de	R\$
				, ma	s devido ao	devido	ao isolan	nen	to social	po	r causa	da pand	lemia	a do
COVID	-19 n	ão ten	ho com apres	senta	r não tenho	como a	presenta	r co	mprova	nte	s emiti	dos pela	entid	lade
legalme	nte in	stituí	da demais.											
Declaro	, para	os de	vidos fins, que	e as ir	nformações	aqui pre	stadas são	o ve	rdadeira	s.				
			,	_de _		_de								

Assinatura

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO DISCENTE MENOR DE 18 ANOS

Deciaro,	para	os	aeviaos	s fins,	que	sou	responsav	el pe	elas	ıntormaçoe	es prestadas	s por
											,estudan	ite do
							mat	ícula	no		СРІ	e no
						•						
Declaro,	ainda,	estar	ciente d	de que	a inve	racidad	le das info	ormaçõ	es, o	ra expressa	s, implicará	prejuízos
consoante	no Reg	gulan	nento de	Auxílio	s Estuc	lantis d	o IFCE, vi	gente n	o mo	mento.		
			, _	de		c	le	_ .				

CPF:

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL DO GOVERNO FEDERAL

Eu,					, RG
no	,CPF no		,NIS	S no	_
declaro que	e sou beneficiário do I	Programa de Au	ixílio Emergencia	l do Governo Federa	al e recebo o valor mensal
de R\$, ma	s devido ao dev	vido ao isolament	o social por causa da
pandemia	do COVID-19 não t	enho com apro	esentar não tenho	o como apresentar	comprovantes emitidos
pela entid	ade legalmente insti	tuída demais.			
Declaro, pa	ara os devidos fins, q	ue as informaçõ	ões aqui prestadas	são verdadeiras.	
	,	de	de		

Assinatura